

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Marianny Oliveira Martins ¹
Suammy Priscila Rodrigues Leite Cordeiro ²

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um serviço essencial da Educação Especial, regulamentado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este trabalho tem como objetivo analisar o potencial da Inteligência Artificial (IA) como ferramenta de apoio no AEE, destinado a estudantes público-alvo da Educação Especial, como aqueles com deficiência, transtorno do espectro do autismo, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O AEE busca complementar e/ou suplementar a aprendizagem, assegurando condições para a efetiva inclusão escolar, em articulação com professores, gestores e demais profissionais. Nesse contexto, a IA desponta como recurso facilitador na elaboração de planejamentos pedagógicos personalizados, acessíveis e de baixo custo, capazes de atender às necessidades específicas dos alunos. Um exemplo prático foi o projeto *Vivenciando a Inclusão*, desenvolvido em alusão ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, inicialmente sugerido pelo ChatGPT e adaptado conforme a realidade escolar. A iniciativa envolveu atividades lúdicas que favoreceram a compreensão das dificuldades enfrentadas por colegas com deficiência, promovendo reflexões sobre empatia e respeito em toda a comunidade escolar. A escolha do tema emergiu da experiência prática da docente atuante no AEE, que constatou a escassez de pesquisas sobre o papel desse professor e a carência de ferramentas inovadoras em sua prática. A pesquisa terá abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentando-se em revisão bibliográfica de autores da área da inclusão, como Mantoan (2003), Sassaki (2005), Werneck (1997) e Rossatto (2010), além das legislações vigentes da Educação Especial, destacando a importância de repensar práticas pedagógicas no AEE à luz das possibilidades trazidas pela Inteligência Artificial. Identificando as múltiplas possibilidades da IA no AEE, discutir seu uso ético e consciente e evidenciar como essas tecnologias podem fortalecer o trabalho docente, contribuindo para a consolidação do AEE e para a efetivação da inclusão nas escolas regulares.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Inteligência Artificial, Atendimento Educacional Especializado.

INTRODUÇÃO

¹ Licenciatura plena em História, cursando Especialização em Educação Inclusiva com Ênfase na Educação de Surdos, IFMT Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, e-mail: mariannyss16@hotmail.com;

² Professora Orientadora: Doutora pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - Portugal, Docente do IFMT, e-mail: suammy.cordeiro@ifmt.edu.br.

Ao longo da história, as pessoas com deficiência foram marginalizadas e privadas de direitos básicos. A virada normativa inicia-se com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, no Brasil, ganha força com a Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito de todos. No plano internacional, a Declaração de Salamanca (1994) consolida a perspectiva da educação inclusiva ao afirmar que todos os estudantes devem aprender juntos, cabendo ao sistema educacional remover barreiras e prover condições de acesso, participação e aprendizagem (UNESCO, 1994).

No campo jurídico nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) incorpora o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como direito, e a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (BRASIL, 2015) reforça a obrigatoriedade de ambientes, materiais e serviços acessíveis em todas as etapas e modalidades. Soma-se a esse arcabouço a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), com status constitucional no Brasil, que estabelece a educação inclusiva como princípio, trazendo a noção de “adaptações razoáveis” e “desenho universal” como dever do Estado e das instituições.

Apesar dos avanços, a inclusão real exige mudar o foco da mera presença física para a participação e a aprendizagem com qualidade. É nesse ponto que o AEE cumpre papel estratégico: complementa e/ou suplementa o processo educativo ao ofertar serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem barreiras e personalizem o ensino (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009). Para além do atendimento na sala de recursos, o AEE articula-se ao trabalho da docência da classe comum, às famílias e às equipes multiprofissionais, garantindo a transversalidade da educação especial.

Paralelamente, a transformação tecnológica altera profundamente os modos de ensinar e aprender. A Inteligência Artificial (IA), especialmente os modelos generativos, emerge como mediadora contemporânea capaz de apoiar planejamento, adaptação curricular e produção de materiais acessíveis. Pesquisas apontam que a IA deve ampliar — e não substituir — a inteligência humana, trazendo ganhos quando seu uso preserva a curadoria e a autoria docente (Luckin et al., 2018; Teixeira Júnior, 2025). Nessa direção, Kenski (2012) e Moran (2015) lembram que tecnologia só faz sentido pedagógico quando articulada a projetos que promovem autonomia, protagonismo e interação significativa.

A mudança necessária é também pedagógica e cultural. Mantoan (2003) defende que a escola deve se transformar para acolher a singularidade de cada estudante; Sassaki (2005) concebe a inclusão como processo bilateral de transformação social e individual, com remoção de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais; Cordeiro (2021) sustenta que a efetividade da

inclusão depende de formação docente crítica e continuada, sensível à heterogeneidade. Em síntese, sem professor reflexivo e cooperativo, não há política inclusiva que se sustente — como reforçam Tardif (2002) e Nóvoa (2009) ao enfatizarem os saberes experienciais e a autoria do docente sobre sua prática.

Nesse quadro, este artigo analisa o potencial da IA como ferramenta de apoio no AEE, discutindo possibilidades pedagógicas, éticas e práticas para personalização de intervenções e produção de recursos acessíveis de baixo custo. Tomamos como fio condutor uma experiência concreta — o projeto “Vivenciando a Inclusão”, desenvolvido em alusão ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo —, na qual a IA (ChatGPT) foi utilizada como apoio cocriativo para planejamento e adaptação de atividades, posteriormente validadas e ajustadas pela docente do AEE à realidade da escola.

A proposta ancora-se em uma abordagem qualitativa e exploratória, articulando revisão bibliográfica, análise documental e descrição analítica da prática. Interessa-nos compreender como a IA pode fortalecer o trabalho do professor do AEE, em diálogo com os princípios da educação inclusiva e com a mediação humana que sustenta relações pedagógicas éticas, dialógicas e afetivas (Freire, 1996). Em termos práticos, buscamos evidenciar estratégias replicáveis que: (i) otimizem o tempo docente, (ii) ampliem o repertório de recursos acessíveis, (iii) apoiem o Plano Educacional Individualizado (PEI), e (iv) fomentem cultura escolar de empatia e colaboração.

Por fim, defendemos que a integração entre formação humana, competência tecnológica e compromisso ético é condição para que a IA assuma seu lugar próprio: instrumento de democratização do conhecimento e de fortalecimento do AEE no cotidiano das escolas. Nessa chave, a IA não substitui a docência; potencializa o trabalho do professor como mediador, curador e autor de processos de ensino que respeitam ritmos, linguagens e necessidades de cada estudante — caminho necessário para consolidar uma educação inclusiva, justa e transformadora (Cordeiro, 2021; Rossatto, 2014).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise reflexiva de uma experiência pedagógica desenvolvida no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A escolha por essa abordagem fundamenta-se na necessidade de compreender em profundidade os significados, os sentidos e

as implicações do uso da Inteligência Artificial (IA) como ferramenta de apoio à inclusão escolar, considerando as dimensões humanas, pedagógicas e sociais envolvidas nesse processo.

De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, valorizando a intencionalidade e a vivência concreta dos fenômenos educativos. Essa perspectiva se mostra coerente com os objetivos deste estudo, uma vez que o foco não está na mensuração de resultados, mas na compreensão das práticas e transformações que emergem do uso da IA no AEE. Já o caráter exploratório, segundo Gil (2019), se justifica quando o tema de investigação ainda é recente e carece de consolidação teórica — como é o caso das aplicações da IA na educação inclusiva.

O percurso metodológico envolveu três etapas principais:

1. Levantamento teórico e documental;
2. Análise reflexiva da experiência pedagógica “Vivenciando a Inclusão”;
3. Síntese interpretativa das contribuições e desafios observados.

Na primeira etapa, realizou-se um levantamento bibliográfico em bases acadêmicas como Scielo, Google Scholar, ERIC e o Portal de Periódicos da CAPES, utilizando descritores como “*inteligência artificial na educação*”, “*educação inclusiva*”, “*AEE*” e “*formação docente inclusiva*”. A seleção das obras seguiu critérios de relevância teórica, atualidade (priorizando publicações de 2010 a 2025) e relação direta com a temática. Foram contemplados autores clássicos e contemporâneos da educação inclusiva — Mantoan (2003), Sassaki (2005), Werneck (1997), Rossatto (2014) e Cordeiro (2021) —, bem como produções voltadas à integração de tecnologias na educação — Luckin et al. (2018), Kenski (2012), Moran (2015) e Graciliano (2025). Além das fontes bibliográficas, analisaram-se documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

A segunda etapa correspondeu à análise descritiva e interpretativa da experiência “Vivenciando a Inclusão”, projeto elaborado com o apoio do ChatGPT como ferramenta de cocriação pedagógica. Essa atividade prática foi conduzida no âmbito do AEE, em parceria com professores e turmas da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental. O objetivo foi investigar, de maneira situada, como a IA pode auxiliar o planejamento de atividades adaptadas, acessíveis e reflexivas, voltadas ao desenvolvimento da empatia e da cooperação entre alunos com e sem deficiência. O registro das ações foi feito por meio de anotações de campo, relatos das docentes e observação direta dos resultados, em consonância com a proposta de pesquisa-ação reflexiva, como defendem Thiollent (2011) e Tripp (2005).

A terceira etapa envolveu a análise interpretativa dos dados teóricos e empíricos, buscando identificar relações entre o referencial conceitual da inclusão escolar e as potencialidades observadas no uso da IA no AEE. Essa análise foi realizada à luz da perspectiva dialógica de Freire (1996), que entende o conhecimento como construção coletiva mediada pela reflexão crítica. O processo interpretativo foi conduzido de forma indutiva, valorizando a experiência e o contexto, conforme orientam Tardif (2002) e Nóvoa (2009), para quem a formação e a prática docente se constroem na articulação entre saberes, experiência e reflexão.

Do ponto de vista ético, respeitaram-se os princípios de confidencialidade, autoria e uso responsável das tecnologias. Nenhum dado pessoal de estudantes foi exposto, e as informações sobre o projeto “Vivenciando a Inclusão” foram tratadas de forma coletiva e simbólica, preservando a identidade dos participantes. As ferramentas de IA utilizadas foram empregadas apenas como apoio à criação e organização de materiais pedagógicos, sempre sob mediação humana e análise crítica, em conformidade com as diretrizes de uso ético da IA na educação (UNESCO, 2023).

Dessa forma, a metodologia adotada busca integrar teoria, prática e reflexão crítica, promovendo uma análise ampla e contextualizada do papel da Inteligência Artificial no AEE. O estudo contribui para ampliar o debate sobre a formação docente inclusiva, o uso ético da tecnologia e a construção de práticas pedagógicas que, além de inovadoras, sejam comprometidas com a dignidade, a equidade e a transformação social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INCLUSÃO, FORMAÇÃO DOCENTE E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A trajetória da educação inclusiva no Brasil está intrinsecamente ligada à luta pelos direitos humanos e à consolidação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso à escola. Historicamente, a exclusão das pessoas com deficiência do espaço educacional refletia uma concepção assistencialista, centrada na deficiência e não na potencialidade. A virada conceitual ocorreu com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que reafirmou o direito de todos à educação, defendendo que as escolas se reorganizem para atender à diversidade. O documento consolidou os princípios de equidade e acessibilidade, orientando os sistemas de ensino a garantir apoios especializados e formação de professores capazes de lidar com as diferenças como parte natural da condição humana.

No cenário brasileiro, esse movimento ganhou força com a Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, seguida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que reconhece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço complementar à escolarização. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforçaram esse compromisso, destacando o papel da escola como espaço de convivência e aprendizagem para todos, com eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e pedagógicas. Esses marcos legais evidenciam que a inclusão é um processo contínuo de transformação institucional, e não uma mera adequação estrutural.

Pensar a educação inclusiva hoje significa reconhecer que ela ultrapassa a ideia de inserção física do aluno com deficiência na escola. Trata-se de um processo ético, político e pedagógico que requer revisão profunda das práticas e das estruturas escolares, de modo que a diversidade seja entendida como princípio constitutivo do ato educativo. Nesse horizonte, Mantoan (2003) identifica a crise educacional contemporânea como reflexo de um modelo de escola ainda centrado na homogeneização. A autora propõe uma virada paradigmática: é a escola que deve se adaptar aos alunos, e não o contrário. Sassaki (2005) complementa ao definir a inclusão como um processo bilateral e dinâmico, que transforma tanto o sujeito quanto o meio social, removendo barreiras para que a participação e a aprendizagem ocorram em igualdade de condições.

Sob o ponto de vista da psicologia histórico-cultural, Vygotsky (2001) oferece contribuições decisivas à compreensão do desenvolvimento humano e da aprendizagem mediada. Para o autor, o conhecimento não se forma de modo isolado, mas no encontro entre sujeitos, ferramentas culturais e linguagem. O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) ilustra a potência da interação: é por meio do outro — e das mediações simbólicas e tecnológicas — que o aluno alcança níveis mais complexos de pensamento. Aplicada ao campo da educação inclusiva, essa teoria evidencia que as tecnologias digitais, e especialmente a Inteligência Artificial (IA), podem atuar como mediadoras contemporâneas do processo de ensino-aprendizagem, ampliando a autonomia dos estudantes e oferecendo suporte diferenciado conforme suas necessidades e ritmos. Nesse sentido, a IA não substitui a interação humana, mas a potencializa, permitindo experiências pedagógicas mais personalizadas, dialógicas e colaborativas.

Pesquisas recentes, como as de Luckin et al. (2018) e Graciliano (2025), apontam que a IA, quando utilizada com intencionalidade pedagógica e ética, pode apoiar o trabalho docente

e favorecer a inclusão. A função do professor, nesse contexto, é ressignificada: ele deixa de ser mero transmissor de informações e torna-se curador e mediador de aprendizagens significativas. Ferramentas como ChatGPT, Copilot e DeepSeek possibilitam a criação de materiais acessíveis, roteiros de aprendizagem, planos de ensino individualizados e atividades interativas. No entanto, como ressalta Graciliano, o impacto positivo da IA depende da competência digital docente, da capacidade crítica na formulação de prompts e da apropriação pedagógica consciente dessas ferramentas.

Esse movimento demanda repensar a formação docente. Segundo Cordeiro (2021), a verdadeira inclusão escolar exige professores capazes de compreender a diversidade como valor e não como obstáculo. Isso implica investir em uma formação continuada crítica e sensível, que una o domínio técnico ao compromisso ético e humano. Para a autora, a legislação, por si só, não garante a inclusão; é necessário um professor que desenvolva uma prática criativa, ética e adaptada às singularidades dos alunos. Essa visão converge com Tardif (2002), que compreende o saber docente como um saber prático, construído na experiência e na interação com os contextos escolares, e com Nóvoa (2009), que defende a formação como um processo reflexivo e colaborativo, no qual o professor é sujeito de sua própria aprendizagem profissional.

Além disso, o uso pedagógico da Inteligência Artificial exige repensar a dimensão ética e afetiva do ensinar. Freire (1996) já advertia que a educação é um ato de amor, diálogo e compromisso com o outro. Assim, o uso da IA deve preservar a humanidade do processo educativo, garantindo que a tecnologia seja meio e não fim. Kenski (2012) reforça que o uso das tecnologias na educação requer criatividade e sensibilidade, evitando que o professor seja reduzido a operador técnico. A IA, portanto, pode servir como instrumento de mediação e empatia, ampliando as formas de comunicação e engajamento dos alunos, inclusive no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Essa integração entre teoria, prática e tecnologia é o que Rossatto (2014) chama de “mudança de mentalidade institucional” — uma transformação cultural e pedagógica necessária para que a escola se torne um espaço de diálogo e cooperação. De modo semelhante, Teixeira Júnior (2025) destaca que o uso da IA no AEE favorece a elaboração de estratégias individualizadas e a construção de planos educacionais flexíveis e acessíveis, ampliando as possibilidades de aprendizagem e o alcance da inclusão.

Portanto, o desafio contemporâneo consiste em equilibrar formação humana, competência tecnológica e compromisso ético, construindo uma escola capaz de unir inovação e sensibilidade. A Inteligência Artificial, quando compreendida como ferramenta de mediação e não de substituição, torna-se um instrumento de democratização do conhecimento,

aproximando o humano e o digital, o técnico e o afetivo, o saber e o sentir — pilares de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação da Inteligência Artificial (IA) no projeto *Vivenciando a Inclusão* demonstrou o potencial das tecnologias digitais como aliadas no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no Atendimento Educacional Especializado (AEE). A IA funcionou como instrumento de apoio pedagógico, auxiliando na organização, planejamento e personalização das atividades propostas. A experiência revelou que o uso orientado do ChatGPT favorece a elaboração de projetos contextualizados e acessíveis, permitindo que o professor adapte metodologias às necessidades dos alunos e torne o processo educativo mais inclusivo e colaborativo.

As atividades realizadas possibilitaram que as crianças compreendessem, de forma simbólica, as barreiras enfrentadas por colegas com deficiência, estimulando a empatia, o respeito e a cooperação. Esse resultado reforça a importância da abordagem lúdica e experiencial na educação inclusiva, uma vez que o aprendizado é potencializado quando as emoções, a sensibilidade e a imaginação são mobilizadas. O projeto também impactou positivamente a comunidade escolar, envolvendo professores, famílias e funcionários, que participaram das reflexões e das ações de sensibilização.

Além dos ganhos pedagógicos, observou-se que a IA contribuiu para ampliar as competências digitais dos docentes, ao incentivá-los a explorar novas ferramentas e linguagens. Esse processo formativo está em consonância com o que Nóvoa (2009) e Tardif (2002) apontam sobre a necessidade de o professor tornar-se um profissional reflexivo, capaz de articular saberes teóricos e práticos para responder aos desafios da sala de aula contemporânea. A utilização da IA no AEE, nesse sentido, não substitui a ação docente, mas a fortalece, ao oferecer suporte técnico e criativo que amplia o repertório pedagógico do educador.

Outro aspecto relevante identificado foi a ampliação do diálogo interdisciplinar dentro da escola. A elaboração e execução do projeto *Vivenciando a Inclusão* demandaram o envolvimento de professores da sala comum, da equipe de apoio e dos familiares, promovendo uma cultura de corresponsabilidade pela inclusão. Essa articulação evidencia o que Cordeiro (2021) define como *formação docente cooperativa*, em que o professor aprende com o outro e

transforma sua prática a partir da troca de experiências. Assim, a IA pode atuar como mediadora desse processo, oferecendo suporte às diferentes etapas do trabalho colaborativo, desde o planejamento até a avaliação.

Os resultados também evidenciam uma forte relação entre a aprendizagem significativa e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes. Em consonância com Vygotsky (2001), a interação social e o uso de instrumentos culturais — neste caso, as tecnologias digitais — criaram um ambiente de mediação que potencializou a *Zona de Desenvolvimento Proximal*. As atividades propostas com o apoio da IA estimularam a curiosidade e o pensamento criativo das crianças, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais de forma integrada. Essa dinâmica reforça a ideia de que o aprendizado ocorre em rede, na relação entre o sujeito, o outro e o contexto, o que amplia a função do AEE como espaço de construção de sentidos e de experiências compartilhadas.

Do ponto de vista humano e ético, o projeto reafirmou a visão freireana de que a educação é, antes de tudo, um ato de diálogo e de reconhecimento do outro. Freire (1996) defende que ensinar é um exercício de amor e de esperança, que se realiza na escuta e na coautoria do conhecimento. Nesse sentido, a IA, quando utilizada de forma ética, não esvazia o papel do professor, mas o potencializa, pois o liberta de tarefas mecânicas e o aproxima daquilo que é essencial em sua prática: o encontro humano, a escuta sensível e o compromisso com a emancipação do aluno.

Além disso, a experiência revelou a necessidade de políticas institucionais que incentivem o uso pedagógico e responsável das tecnologias emergentes. A formação continuada dos professores deve contemplar o desenvolvimento de competências digitais críticas, conforme aponta Kenski (2012), de modo que a IA seja incorporada de maneira reflexiva e criativa às práticas educativas. Essa integração contribui não apenas para aprimorar o AEE, mas também para fortalecer a cultura inclusiva nas escolas, tornando-as mais preparadas para acolher a diversidade e promover o protagonismo estudantil.

Por fim, os resultados do projeto indicam que o uso da Inteligência Artificial no Atendimento Educacional Especializado pode representar um novo paradigma pedagógico, em que o conhecimento é construído de forma compartilhada entre pessoas e tecnologias. A IA não substitui o professor, mas amplia seu campo de ação, permitindo práticas mais dinâmicas, acessíveis e humanizadas. O desafio que se coloca é garantir que essa tecnologia seja utilizada a favor da equidade e da inclusão, fortalecendo o compromisso social da escola com a formação integral dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar que é possível, por meio da Inteligência Artificial (IA), integrar tecnologia e educação de forma significativa, promovendo um processo de aprendizagem em que o aluno é o centro das ações pedagógicas. A utilização da IA no Atendimento Educacional Especializado (AEE) possibilita a criação de estratégias personalizadas, que respeitam o ritmo e as necessidades de cada estudante, favorecendo sua autonomia e seu desenvolvimento integral.

Além de beneficiar diretamente os alunos, a Inteligência Artificial também se mostra uma aliada do professor, otimizando o tempo de planejamento, auxiliando na elaboração de relatórios, planos de ensino individualizados e atividades adaptadas. Essa parceria tecnológica permite que o docente concentre seus esforços nas práticas pedagógicas mediadoras, fortalecendo o vínculo com os alunos e aprimorando a qualidade do atendimento.

O papel mediador do AEE, nesse contexto, amplia-se para além da sala de recursos multifuncionais. O professor do AEE torna-se um elo entre as diferentes áreas da escola, promovendo a articulação entre os profissionais da educação, a família e a comunidade escolar. Ao incorporar o uso ético e consciente da Inteligência Artificial em suas práticas, esse profissional contribui para a disseminação de uma cultura digital inclusiva, colaborando com os demais docentes no desenvolvimento de metodologias inovadoras e acessíveis a todos. Assim, a IA não substitui a sensibilidade e a intuição do educador, mas as potencializa, tornando-se instrumento de apoio para uma docência mais criativa e reflexiva.

Além disso, a experiência analisada reafirma o que Nóvoa (2009) e Tardif (2002) defendem sobre o desenvolvimento profissional docente: o professor aprende continuamente, na prática e com os outros, revisitando suas certezas e construindo saberes a partir da reflexão sobre sua experiência. Nesse sentido, o uso da IA não é um fim em si mesmo, mas um meio para o fortalecimento da autonomia docente e para a ampliação do repertório pedagógico, desde que orientado por princípios éticos e críticos. A integração entre teoria e prática, mediada pelas tecnologias, representa uma oportunidade para repensar o papel do professor como pesquisador da própria ação e agente de transformação social.

É imprescindível, contudo, que a formação inicial e continuada dos educadores seja repensada à luz das novas exigências do mundo digital. Como adverte Cordeiro (2021), a formação docente voltada à inclusão deve ser crítica, ética e comprometida com a diversidade, preparando o professor para lidar com os desafios da sala de aula contemporânea. Nesse sentido,

o investimento institucional em políticas de formação e infraestrutura tecnológica é essencial para garantir que a IA seja utilizada como instrumento de equidade e não de exclusão. As redes de ensino precisam promover programas que estimulem a experimentação pedagógica, o trabalho interdisciplinar e o desenvolvimento de competências digitais acessíveis a todos.

Além do aspecto técnico, a IA convida a educação a uma reflexão mais profunda sobre o humano. Como lembra Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção”. Essa ideia ressoa no uso ético da tecnologia: mais do que gerar respostas, a IA pode abrir caminhos de diálogo, curiosidade e descoberta. O educador, portanto, continua sendo o principal agente de sentido — aquele que dá vida às ferramentas e as transforma em pontes para a inclusão, a empatia e a autonomia.

Dessa forma, incorporar a tecnologia à prática pedagógica não apenas prepara os alunos do AEE para o futuro e para o mercado de trabalho, como também fortalece a função social da escola: formar cidadãos críticos, criativos e preparados para uma sociedade em constante transformação. A Inteligência Artificial, quando utilizada como ferramenta de apoio e mediação, consolida-se como um instrumento de inclusão e de renovação das práticas educativas. Mais do que uma inovação tecnológica, a IA representa um convite para repensar os sentidos da docência e reafirmar que a verdadeira educação inclusiva nasce da escuta, da empatia e da capacidade humana de transformar desafios em oportunidades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CORDEIRO, S. P. R. L. Desenvolvimento pessoal/profissional docente na perspectiva da educação para todos. 2021. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa, Instituto de Educação. Orientadora: Ana Sofia Martins Silva Freire dos Santos Raposo. Disponível em:

<https://repositorio.ulisboa.pt/search?query=suammy> Acesso em 25 set 2025.

GRACILIANO, Jesué. Minicurso I – Introdução à Inteligência Artificial Generativa e Módulo 2 – Aplicações práticas da Inteligência Artificial na Educação. Materiais didáticos do curso Minicurso EAD IA, versão revisada, 2025.

LUCKIN, R. et al. Artificial Intelligence and Human Intelligence: New Perspectives for the Education System. London: UCL Knowledge Lab, 2018.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, A. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

ROSSATTO, S. Educação inclusiva: desafios e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2014.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEIXEIRA JÚNIOR, M. Inteligência artificial generativa e educação: usos, limites e desafios éticos. Revista Brasileira de Tecnologias Educacionais Inclusivas, v. 3, n. 1, p. 45–60, 2025.

WERNECK, C. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.